
DE DECCA, Edgar — *O nascimento das fábricas*. São Paulo, Brasiliense, 1982. 77p. (Tudo é História).

Os leitores satisfeitos com a explicação da Revolução Industrial e da emergência do sistema fabril como acontecimentos eminentemente técnicos, ficarão certamente desconcertados com o pequeno livro de Edgar de Decca. À primeira vista, o leitor pode ser induzido ao engano de supor que o autor fornece apenas uma versão laica daquilo que Weber chamou de ética protestante, embora não se possa negar aí a existência de algum parentesco. Na verdade, o pequeno livro de De Decca articula-se em torno de dois eixos. De um lado, procura mostrar que o “sistema de fábrica” foi, desde suas origens, um imperativo de controle e disciplina do trabalhador e não mera consequência de uma “revolução tecnológica”, como os historiadores normalmente acentuam. De outro, se o “sistema de fábrica” pode ser esvaziado de seu conteúdo tecnológico, segue-se que o engenho do Brasil colônia pode tranqüilamente ser identificado a ele, embora não possa ser confundido “com a clássica forma manchesteriana”.

Com isso, De Decca inicia a demolição do mito que faz da tecnologia algo regido pelo critério da “*eficácia, produtividade, progresso*”; quando bem vista a coisa, tinha o intuito primordial de “con-

trolar, disciplinar e hierarquizar o processo de trabalho”. Ora, se nisso reside o essencial do “sistema de fábrica”, não há como julgar o engenho de açúcar da colônia uma entidade estranha ao espírito que preside a organização fabril. Identificado assim o engenho como uma modalidade do “sistema de fábrica”, evita-se estabelecer “uma relação de exterioridade entre o centro do sistema e sua periferia” que no seu entender vicia e obscurece a natureza das formações sociais da colônia e dá origem a conceituações tão inadequadas quanto equivocadas do “capitalismo brasileiro”, como o demonstram os qualificativos do tipo “atrasado, tardio, dependente”, que nada contribuem para tornar inteligível a realidade.

Todavia, nem tudo é transparente em sua análise. Logo no início encontra-se uma advertência aos leitores de que não deverão estranhar “quando no decorrer do texto encontrarem no engenho de açúcar da colônia o esboço da fábrica que iria produzir o futuro operário europeu”. O que dá a entender que o engenho é o prenúncio do “sistema de fábrica”. Porém, num outro local, o engenho é tido como a *consolidação* de “outra forma assumida

* Departamento de Economia — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14.800 — Araraquara - SP.

pelo sistema de fábrica”. De modo que aqui o engenho não prenuncia, mas já é a realização histórica — se bem que particular — do “sistema de fábrica”. Num outro trecho, desta vez sem nenhuma advertência, afirma que também na URSS “o sistema de fábrica ao se implantar trouxe consigo todas as seqüelas relacionadas à disciplina, hierarquia e controle do processo de trabalho, e o setor técnico aplicou este muito longe de ser detido pelos próprios trabalhadores”. Donde é fácil concluir que o “sistema de fábrica” não é um traço definidor do capitalismo. Ele próprio o afirma explicitamente: “*O sistema de fábrica* introduz determinantes que lhe são *inerentes*, não importando que esse sistema se desenvolva num ambiente ou em outro qualquer”. Como entender, então, que o “sistema de fábrica” é o “estágio superior” da expansão do mercado capitalista, conforme o autor afirma na página 40, se na afirmação anterior ele dá a entender que transcende o capitalismo? Nem seria relevante admitir que o “sistema de fábrica” assume variadas formas no “desenvolvimento histórico do capitalismo”. Portanto, ficamos entre duas alternativas: ou as colônias dos Tempos Modernos são tão capitalistas quanto a URSS, posto que o autor considera o brica”, o conceito de “capitalismo” zação superior do processo de produção capitalista”, ou então, não havendo identidade entre capitalismo e “sistema de fábrica”, o conceito de “capitalismo” torna-se supérfluo e deve ser abandonado. Esta última conclusão é autorizada pela própria definição de “sistema de fábrica” que, segundo De Decca, existe “em todos os lugares e momentos onde este presente uma intenção de organizar e disciplinar o trabalho através de uma sujeição completa do próprio trabalhador”. E como nessa concepção não fica esclarecido o limite entre o trabalhador livre assalariado e o escravo, pode-se admitir, sem nenhum constrangimento teórico, que as duas formas distintas assumidas pelo produtor direto são irrelevantes.

Apesar da ubiqüidade do “sistema de fábrica” que somos forçados a admitir, em virtude da abrangência de sua conceituação, não é difícil — se algum nuançamento for acrescentado — estar de acordo com De Decca na primeira parte do livro. Pode-se dizer inclusive que é altamente salutar a sua insistência em dar relevo à apropriação burguesa do saber técnico, que o engendramento da mecanização fabril necessariamente implicou. As inovações tecnológicas são vistas aí essencialmente como recurso para a dominação, a fim de se “conseguir a docilização e a submissão do trabalhador fabril”. Evita-se, com isso, o mito da neutralidade tecnológica.

Bem mais difícil, no entanto, é concordar com ele na segunda parte do livro, onde o engenho é apresentado como uma forma particular do “sistema de fábrica”, entendendo nesse passo tratar-se de um “esboço da fábrica”, isto é, da forma clássica manchesteriana. Sem rodeios, na colônia vige o capitalismo *tout court*.

Todos que seguirem atentamente a cadeia da argumentação desta parte hão de concordar entre si que, ao contrário da parte anterior, a demonstração não é conclusiva. A impressão de estar falseando a análise não nos abandona um instante, pois as coincidências formais entre o engenho e o “sistema de fábrica” e a abstração do caráter escravista e colonial em que a empresa se insere fazem as conclusões passarem por cima do que mais interessa: a história.

Vendo agora em conjunto, a arquitetura do livro é, toda ela, hesitante, o que se nota freqüentemente, quando as traves mestras de sua argumentação são amarradas frouxamente com frágeis expressões do tipo “queremos enfatizar”, “gostaríamos de chamar a atenção”, que abundam no texto, dando nítida impressão de que o próprio autor não está navegando com segurança, e precisa, antes de tudo, convencer-se a si mesmo. Não se pode evitar a sensação de que o autor nos quer ar-

dentemente revelar uma nova e original perspectiva de análise, da qual ele próprio ainda não se apropriou de todos os elementos. Ou de que se meteu num “callejón que no lleva a ninguna parte”.

Assim, a primeira dúvida que assalta o leitor é a da eficácia da definição do “sistema de fábrica” que de tão ampla acaba por se ajustar a qualquer mane-

quim. E o mais grave: essa visão homogeneiza abusivamente o tempo e o espaço. Do século XVI aos nossos dias. Na Época Moderna, colônia e metrópole. Tudo parece estar mirando-se no espelho para nele ver refletido o mesmo. O capitalismo está por toda parte e a história em lugar nenhum.